(Re)construções do Carmo

Utopia no Espaço Público

CÉLIA NUNES PEREIRA

«O Convento do Carmo, em boa medida, (...)» na sequência das «(...) bem intencionadas» campanhas tanto de reconstrução como de restauro de que foi objecto, as quais acabaram sempre por ficar «(...) incompletas (talvez por serem demasiadamente ambiciosas ou irrealistas para a época), estacionou como um símbolo de pedra – um esqueleto, ou um sinal dessa Morte incontornável que espreita a praça universal, lá em baixo, essa praça do Mundo que é o Rossio.»

Na primeira metade do século XIX, impulsionada por influentes intelectuais como Alexandre Herculano, principiava-se a abertura de uma nova vertente no que respeita à valorização do património arquitectónico português. Iniciativa que vemos espe- lhada através de publicações e artigos que, se assumem como verdadeiros manifestos, apelando a uma tomada de consciência pública das delapidadas circunstâncias em que se encontravam os nossos monumentos. Situação que urgia inverter.

---

Neste sentido, logo no primeiro número da sua revista (O Panorama, lançada em 1837), Alexandre Herculano, aborda (emblematicamente) as cenográficas ruínas da antiga Igreja do Carmo, artigo4 onde a sua veia romântica5 chama a atenção para um abandonado espaço que urgia desocultar.

Sob a real protecção do mecenas D. Fernando II6, as ruínas do templo carmelita são atribuídas a partir de 1863, à Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, dirigida pela prestigiada figura de Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896)7 – «(...)» responsável pelo lançamento definitivo do interesse pela arqueologia medieval portuguesa contribuindo para a criação de uma nova consciência patrimonial.». A instituição funda aí a sua Sede e projecta desde logo a concepção de um futuro Museu8, que tinha como objectivo acolher o crescente acervo de deprezadas antiguidades artísticas que se encontravam dispersas pelo país. Entre os interessantes núcleos de objectos arqueológicos que testemunham esta acção, destacam-se os conjuntos de tumularia medieval e lapidária. O projecto de criação do museu de “salvados” com componente pedagógica foi colocado em prática, tendo sempre a Real Associação, 9 como matriz de orientação «(...)» a concentração de esforços na divulgação, valorização e protecção da arquitectura, onde o restauro, sob uma faceta teórico-prática, mantém um papel de relevo.»10

Esta iniciativa traduz-se numa activa e permanente intervenção no espaço, tornando o edifício numa sui generis ruína musealizada de ressaibas característicasmente românticas. Factores que permitiram a laboração de um efectivo plano de reestruturação do espaço, respeitando a unidade arquitectónica que se tinha tido, «(...) o bom juízo de conservar (...)»11.

Múltiplas foram as diligências que a Associação dos Arqueólogos e Arquitectos Civis Portugueses, dedicou a este monumento durante as várias campanhas de obras de adaptação e remodelação do espaço preexistente, de modo a alcançar a funcionalidade pretendida para um eficaz desempenho das actividades engendradas pela Sede e Museu, respectiva conservação e preservação estética do edifício.

---

4 HERCULANO, Alexandre, «A Arquitectura Gótica. Igreja do Carmo em Lisboa.», O Panorama, nº1, Maio, Lisboa, 1937
8 ARNAUD, José Morais, Carla Varela Fernandes (coord.), op. cit.p.39-91
9 Idem, ibidem, p.39
11 HERCULANO, Alexandre, «A Arquitectura Gótica. Igreja do Carmo em Lisboa.», O Panorama, nº1, Maio, Lisboa, 1937, p.4
Inicialmente a Associação detinha o usufruto apenas da área que compreendia as três naves da Igreja, pois o transepto e cabeceira encontravam-se atribuídos, por porta ministerial, à Guarda Municipal (sendo usados como estrumeira e cavalaria da entidade estatal)\textsuperscript{12}. Condições que vão se procurando inverter de modo a corresponder às suas necessidades enquanto instituição benemérita e de interesse público, cuja \textit{imagem inspiradora} despertava entre os intelectuais da época uma progressiva onda de «(...) reflexão feita em torno da valorização e restauro do patrimônio.»\textsuperscript{13}

Para uma melhor compreensão dos esforços realizados por esta Associação, elencamos uma sucinta listagem das intervenções de restauro efectuadas entre 1864 e o início do século XX\textsuperscript{14} a qual nos transmite as suas maiores preocupações: «Lavagem de cantaria dos tectos e paredes com eliminação de rebocos das paredes (1865); Eliminação das estruturas que entaipam o portal lateral Sul de entrada (1865); Vontade expressa de enquadramento das estruturas dos fechos dos arcos de acesso às capelas colaterais adoptando uma estética neo-gótica consentânea com o ambiente envolvente; Desobstrução do portal principal de entrada para o museu com a preocupação de fazer realçar os colunelos que o decoram, reconhecidos como elementos originais do templo gótico (1876); Criação de um pequeno adro externo e rebaixamento do terreno diante da fachada principal para sua maior valorização (1878); Conclusão da realização do adro com escadas exteriores de acesso às Ruínas e proteção com grade em ferro, fixa a pilares de cantaria (1881); Valorização do portal principal, parte integrante do monumento original, com um eficaz sistema de iluminação para a época, a luz Drummond (1880); Modernização da iluminação nocturna do mesmo portal com iluminação a gás (1885); Desaterro do entulho existente no interior das Ruínas com a preocupação de deixar em evidência o total embasamento das colunas das naves (1876 / 1878); Preocupação em pavimentar parte do interior das Ruínas, facilitando a circulação interna no museu e permitindo uma melhor manutenção conservativa da muralha do Carmo (1878); Colocação de vidros encaixilhados nas frestas e janelas (1872); Obras de conservação das abóbadas e terraços (1871 / 1879) – O acesso do público aos terraços da absíde, “miradouro” privilegiado sobre a cidade, manteve-se em discussão e prolongou-se pelo século XX. Este terá sido concedido em situações pontuais e certamente para convidados especiais,» (...) como no «momento de inauguração do Monumento a D. Pedro IV, 29 de Abril de 1870; Luta pela posse do Corredor do Carmo, passagem exterior a Sul do monumento, que permitiria o mais fácil acesso às Ruínas (através do Portal lateral Sul, para o que se apela à eliminação da estrutura que o mantém entaipado). Em 1900 é considerado, pela Associação, como zona envolvente, deven-

\begin{footnotesize}
\begin{footnotes}
\item[13] Idem, \textit{Ibidem}, p.117
\end{footnotes}
\end{footnotesize}
do ela também ser incluída no perímetro do antigo templo pois nele se encontrava um cruzeiro que pertencia ao adro da Igreja de Santa Maria do Carmo de Lisboa; Preocupação constante com a possibilidade de cobertura das naves para melhor conservação da mole arquitectónica exposta às intempéries e apertiféoamento das condições museológicas (1865 / 1881).»

Na sua maioria, estes trabalhos foram custeados pelo Ministério das Obras Públicas do Reino e/ou pela Câmara Municipal de Lisboa, destacando-se também algumas acções de dâvida régia (caso dos primeiros caixilhos e vidros ofertados por D. Luís I), visto que, a Associação não auferia de recursos financeiros suficientes para fazer face a estas necessidades.

A par dos restauros pontuais efectuados e das permanentes actividades postas em prática para acutelar a preservação do monumento as indagações em torno da criação de uma cobertura, continuam a inquietar os vários defensores do património, movidos pelo fervor utópico típico do romantismo. As manifestações, embora seguissem rumos diversos, convergiam no que seu principal objectivo: conservar e proteger o Carmo – «Porque se não determina uma cobertura de construção mista, para o Cruzeiro e depois para as naves do templo, evitando assim a sua completa ruína?»;

15 «Deixem-no estar como está [o templo do Carmo]. Cento e cinquenta anos, entretiveram-se a revestir de poesia os fustes, os arcos e as fantasias arquitecturais de Frei José Pereira de Santana e de Frei Patrício José. As obras inacabadas dos Carmelitas criaram já uma tradição de pitoresco. Não as perturbem... que as estragam.»

Logo no ano seguinte à fundação da Associação, numa das Assembleias Gerais, Possidónio da Silva avança com a proposta de se solicitar perante o governo português uma significativa parte da verba destinada para a conservação dos monumentos nacionais, para investir na criação de uma cobertura do cruzeiro do templo. Não se verificando qualquer adjudicação neste sentido, o presidente da Associação apresenta uma nova proposta, sugerindo que se «(...) solícite das Cortes na actual Legislatura a autorização para que por uma única vez seja concedido fazer-se uma lotaria extraordinária; afim de ser aplicada a importância da décima estipulada para as obras do cobrir as naves deste edifício histórico, e poder-se conservar o tippo desta arquitectura, que especialmente o distingue de todos os outros existentes em Portugal». Intentos que também saem malogrados. Retomando-se novamente em 1874-75 a primeira ideia exposta, frisa-se a urgência e importância da obra a concretizar, de modo a ampliar o espaço expositivo do museu e proteger as ruínas da acção das intempéries – sugerindo-se que «(...) os trabalhos deveriam começar (...) talvez por cobrir o cruzeiro da egreja, que é a

15 SÁ VILLELA, «As Ruínas do Carmo (breves considerações), I. O Monumento – II. O Museu – III. A Associação», Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1876
16 SEQUEIRA, Gustavo de Matos, «O Carmo e a Trindade», 1941, p. 119
parte que mais fácil parece de ser cuberta pela solidez das paredes; podendo ser a cobertura, que porventura se faça de construção mista, para maior economia e brevidade d'esta muito urgente reparação."18

O empenho e persistência de Possidónio da Silva, impulsionado pela urgência das obras de restauro a realizar no monumento, continuam sem cessar. Neste sentido irrompe o sistema de entradas pagas no Museu em 1878, que se viria a traduzir em ilusórios resultados. Ainda nesse mesmo ano «(...) em Março de 1878, em virtude de (...) já terem sido aprovadas propostas tendentes a adquirir meios de receita, fora nomeada uma Comissão para elaborar o projecto de cobertura do edifício - mesmo sem a existência concreta dos meios financeiros que suportassem tais trabalhos - constituída por cinco elementos: Joaquim Possidónio Narciso da Silva, José Maria Caggiani, o Visconde de Alenquer, José Tedeschi e Valentim José Correia.»19

Nos anos seguintes os esforços continuam a direcionar-se no mesmo sentido. Em 1881-82 é dirigido mais um pedido ao governo português, oficializado pelo conselheiro José Silvestre Ribeiro, requerendo uma verba através do orçamento anualmente atribuído aos monumentos nacionais. Inconformada com a não obtenção das condições que reivindicavam como essenciais para a conservação das peças museológicas, em Dezembro de 1889 a AAP, apresenta ao governo os vários problemas desencadeados pelo crescente volume de objectos artísticos que a Associação havia acolhido nos últimos tempos, bem como melhoramentos urgentes a satisfazer.20

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo existem dois importantes documentos que nos demonstram um projecto constituído por dois alçados para a igreja do Carmo com os seguintes intitulações: «Projecto de acabamento e restauração da antiga Igreja do Carmo. Para se lhe dar aplicação de sala de exposições e Projecto de cobertura em ferro e vidro das Ruínas do Carmo»21 não se encontrando nenhum deles datado ou assinado, dispondo apenas da referência «Copiado por Rafael José Fragoso».

Valentim José Correia e Veríssimo José da Costa, terão sido os arquitetos encarregados de projectar a traza da cobertura para as “musealizadas” Ruínas do Carmo, como nos indica a documentação existente no Arquivo do Ministério das Obras Públicas22: «(...) coadjuvando os arquitetos da dita Intendência, tanto na

---


19 SOARES, Margarida Maria do Vale Jordão G., op cit, 2001, p.163


21 Documento graciousmente cedido pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Cota atual: Ministério do Reino, «Projecto do acabamento e restauração da antiga Igreja do Carmo. Para se lhe dar aplicação de sala de exposições e Projecto de cobertura em ferro e vidro das Ruínas do Carmo». (Copiado por Rafael José Fragoso) Colheita de Plantas do ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, ex. 5277, n.º 7 e 18

22 Cfr. Respectivamente, «Atestado da realização de um projecto de cobertura da Igreja do Carmo de Lisboa com ferro e vidro, junto ao Processo individual de Valentim José Correia, Arquivo Histórico do MOP, Processo individual de Valentim José Correia, Documento nº4» e «Atestado da realização de um projecto de cobertura da Igreja do Carmo de Lisboa com
confecção do projecto para cubrir com ferro e cristal a antiga Igreja do Carmo a fim de servir de sala para as exposições industriais (...)»; «Com cumprimento das ordens de S. Ex. o Ministro e Secretário d’Estado desta Repartição, é nomeada uma Comissão composta dos Arquitectos Veríssimo José da Costa e Valentim José Corrêa para projectarem a cobertura da incompleta Igreja do Carmo, por meio d’um sistema d’arcos e caixilhos de ferro sobre os quais se aplicarão as vidraças para a transmissão da luz – Na feitura deste projecto e que deve igualmente incluída a parte relativa à conclusão dos arcos de cantaria que haverá a concluir ou a fazer de novo, deve a Comissão seguir rigorosamente a ordem d’Arquitectura com que foi começado este edifício. O que participo a V. Ex.a. para o fazer constar aos mencionados Arquitectos, afim de começarem desde logo o cumprimento deste serviço(...)».

Com excepção da documentação estatal estranha-se que nada seja referenciado sobre este projecto nos vários meios de divulgação da época, nem mesmo nas actas da Associação (tendo em conta que os dois arquitectos destacados para a elaboração do projecto, eram membros fundadores e sócios activos da Associação), em cujas reuniões a cobertura do museu é sempre uma das principais preocupações a debater durante décadas.

Rejeitando-se todas as fontes escritas e iconográficas que lhes podiam permitir a realização de um projecto que devolvesse à igreja novamente a sua génese gótica, o projecto tinha como objectivo, «(...) reunir dans le même édifice des ouvres anciens, de sculpture de différentes époques [no seu pavimento térreo] tandis
que son prémier étage, il serait destiné aux galéries des tableaux des principales écoles; et aux gravures, aux médaille et aux ouvrages d’orfévrerie. Il y aurait, de plus, un Grand Salon pour les expositions modernes.”26 Factores, provavelmente, impulsionados por Joaquim Possidónio Silva, terem participado nas obras da Galeria de Cristal do Palais Royal e das Tulherias em Paris, travando conhecimento com personalidades que incitavam naquele momento a expansão das estruturas em ferro e vidro, entre as quais se destacam os arquitetos de Napoleão Bonaparte Charles Percier e Fontaine com quem fez formação27 (e mais tarde com Victor Bal- tard e Henri Labrouste).

Podendo assim supor-se que o presidente da Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses terá certamente colaborado na elaboração do projecto em ferro e vidro para a cobertura da antiga igreja do Carmo28, contribuindo com importantes sugestões como: "(...) distribuição, na abundância da luz, na ventila- ção regular, todas as condições essenciais que se exigem em edifícios deste gene- ro, para que ofereçam commodidade e salubridade."29 – dando origem a um organi- nismo museológico vivo e dinâmico, com capacidades interactivas sedimentadas sobre as propriedades intrínsecas do monumento realçando a « (...) interligação entre o dia e a noite, luz natural e a artificial, o claro e o escuro, tão ao gosto revi- valista e romântico."30

Possidónio da Silva, «(...) pressupunha a transformação do valor de memória deste monumento involuntariamente em novo valor de utilização, ao pretender-se re-
criar no interior da igreja um dos "templos" de peregrinação laicizada da nossa contemporaneidade (...)\textsuperscript{31}, convertendo-a numa sala de exposições, cuja cobertura permitiria a continuação da ideia de espaço a "céu aberto", à qual os olhares contemplativos de que era alvo, já se tinham afeiçoado.

Todavia a impossibilidade de execução deste projecto permaneceu, em larga medida devido às incapacidades financeiras da Associação, ao que se juntaria a ausência de apoio governamental. Elementos que foram imprescindíveis para a colocação em prática de tão arrojado projecto, que por si só já brotava pertinentes reticências no que respeita à certificação da sua estabilidade. Conjuntura que viria a ser acrescida pela polémica que tão ousada intervenção provocava num período onde robusteciam e aclamavam os valores nacionalistas e históricos do monumento, despoletando manifestos vários contra o restauro das ruínas do Carmo\textsuperscript{32}, interpretadas como sinónimo invocativo de um bem-aVenturado (memorial) passado - «O projecto não só se nos sugira audacioso, mas até temerário (...)», tanto pelo lado financeiro como pelo lado artístico (...) sendo talvez impossível aproveitar-se confidamente o que resta de pé, pois não oferece condições de resistência e de segurança. Neste caso ter-se-hia talvez de começar pelos alicerces. Onde ir buscar os recursos para tamanha empreza? (...) Reconstruir é, na maioria dos casos, profanar (...)»\textsuperscript{33}

A importância deste projecto atravessa não só os valores da utopia do "(re)viver eterno" dos homens transposta para os monumentos, como também é uma forma de introdução na capital dos inovadores materiais que emanavam uma apelativa linguagem de vanguarda, ligada ao cerne da Revolução Industrial. Estes inovadores métodos, técnicas e materiais de construção que igualmente se tentaram aplicar a outras emblemáticas estruturas arquitectónicas portuguesas que se não encontravam concluídas como foi o caso da igreja de Santa Engrácia\textsuperscript{34}, Sala do Capítulo dos Jerónimos (no decorrer das adaptações da Casa Pia nesse Mosteiro)\textsuperscript{35}, Torre de Belém, Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha ou Sé de Lisboa\textsuperscript{36}. Situação que levantava diferentes problemáticas, pois era difícil chegar a um consenso de critérios de intervenção a aplicar na prática, devido à divergência e profusão de teorias no âmbito da conservação e restauro, que acabavam por se sobrepôr à efectiva e urgente protecção dos monumentos. No caso do Carmo como tivemos oportunidade de verificar, observamos que toda a esfera que gravitava em torno do seu restauro, acabava por se dividir em polos diferentes: de um lado os apologistas do restauro recorrendo a novos materiais\textsuperscript{37}, técnicas e métodos (remetendo para as diversas teo-

\textsuperscript{31} Idem, ibidem, p.74
\textsuperscript{32} Mais dezoito como o organizado pela Comissão Organizadora das Comemorações da Imaculada Conceição, no qual terá participado Rosendo de Carvalheiro. Cfr.: SOARES, Margarida Maria do Vale Jordão G., op. cit, 2001, p
\textsuperscript{33} Idem, ibidem, p.174. Cfr. ainda pp.171-174
\textsuperscript{34} MANTAS, Helena, «Panteão Nacional - Memória e afirmação de um ideário em decadência (...)», vol. I e II, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, 2002, pp.96-120
\textsuperscript{35} SOARES, Clara Moura, «As Intervenções Olotocientistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: o Sítio, a História e a Prática Arquitectónica», Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005
\textsuperscript{36} Sobre alguns destes monumentos consultar referências em ROSAS, Lúcia Cardoso, op. cit, Porto, 1995
\textsuperscript{37} NETO, Maria João Baptista, «Memória Propaganda e Poder, O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)», Publicações Faculdade de Arquitectura Universidade do Porto, Porto, p.53, mas vejam-se também pp.25-55
rias de diferentes intelectuais como Viollet-le-Duc, Camilo Boito e Gustavo Giovannoni, através das quais defendiam de modo geral a conciliação simultânea do «(...) valor museológico e o valor de uso dos conjuntos urbanos antigos.» e sua respectiva integração «(...) numa concepção geral da organização do território.») e do outro a idílica ruína romântica de sabor ruskiânião, segundo o qual – «Não temos qualquer direito sequer em tocar-lhes. Não são nossos. Pertencem em parte àqueles que os construíram e em parte a todas as gerações que se seguem da humanidade.»

Consideramos que qualquer que fosse a teoria escolhida, pelas diversas facções que se instauravam em defesa da preservação dos monumentos, além da condicionante financeira, que impunha muitos limites de acção, os responsáveis tinham consciência que era necessário que «(...) o conhecimento crítico e evolutivo dos fenómenos (...) [estivesse] presente nas intervenções, (...) a par da sabedoria e do bom senso, para que a História não nos (...) [viesse] a julgar severamente».

Apesar das principais matrizes do projecto saírem debeladas, as ideologias de concepção de novos projectos para abrigar os arcos em ogiva da igreja do Carmo, continuaram a ter lugar durante o século XX, como foi o caso do projecto solicitado ao Coronel de Engenharia Salustiano Monteiro de Lima, membro da Associação em 1904. Além deste, existiu ainda um projecto da autoria de Cassiano Branco, que data da década de 1920, através do qual se propunha a reconstrução do edificado e edificação de uma estátua de D. Nuno Álvares Pereira, no topo de um padrão de cruz lusitana, que figuraria a meio da antiga construção conventual (actual quartel da Guarda Nacional Republicana), encimando a praça do Rossio. À semelhança das influências que o Carmo absorve na época da sua origem, também aqui observamos a influência da linguagem batalhina de traços fortificados utilizada na construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Até à actualidade estas e outras incursões traduziram-se em várias campanhas de intervenção a nível de limpeza, conservação e restauro levadas a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – principalmente nos anos 38-39, 40, 41, 42.

A análise de todos estes testemunhos documentais que temos vindo a expor, não apresenta dúvidas em relação à exibição constante de uma linguagem de vanguarda em torno deste edifício monacal. Não tendo sido apenas durante o seu período original de construção, que ostentou um dialecto moderno e actualizado, mas sim consecutivamente, ao longo de todas as diversas eras em que foi objecto de engrandecimentos, reconstruções, reestruturações, reorganizações de espaço, ampliações das suas dependências eclesiásticas e restauros – mesmo que boa parte destes não tenham passado de utópicos projectos ou teorias romantizadas ligados aos contexto mítico-simbólico da sua génese.

CÉLIA NUNES PEREIRA
Conservadora do Museu Arqueológico do Carmo
Lisboa, Janeiro de 2016
BIBLIOGRAFIA

A.A.V.V., Boletim de Arquitetura e de Arqueologia da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, editados entre 1865 e 1899

ARNAUD, José Morais, Carla Varela Fernandes (coord.), Construindo a Memória – Colecções do Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa, 2005

HERCULANO, Alexandre, «A Arquitectura Gótica. Igreja do Carmo em Lisboa.», O Panorama, nº1, Maio, Lisboa, 1937

FRANÇA, José-Augusto, O Romantismo em Portugal, Estudo de factos socioculturais, Livros Horizonte, Lisboa, 1993

Idem, FRANÇA, José-Augusto, «Arte em Portugal no Século XIX», Bertrand, Lisboa, 1966

MANTAS, Helena, Panteão Nacional – Memória e afirmação de um ideário em decadência (...), vol. I e II, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, 2002

MARTINS, Ana Cristina, Possidónio da Silva e a Memória Histórica, Um percurso na Arqueologia Portuguesa de Oitocentos, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa

NETO, Maria João Baptista, Memória Propaganda e Poder, O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960), Publicações Faculdade de Arquitectura Universidade do Porto, Porto


PEREIRA, Célia Nunes, A formação do arquitecto Joaquim Possidónio da Silva e a defesa do património artístico em Portugal, «Chiado, Baixa e Confronto com o Francesismo' nas Artes e na Literatura», Faculdade de Belas Artes de Lisboa, Lisboa, 2013

Idem, A arte na igreja do Carmo de Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa (no prelo)


SÁ VILLELAG, As Ruínas do Carmo (breves considerações), I. O Monumento – II. O Museu – III. A Associação, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1876

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, O Carmo e a Trindade, 1941, p. 119

SOARES, Clara Moura, As Intervenções Oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: o Sítio, a História e a Prática Arquitectónica, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005

SOARES, M. Margarida, Igreja de Santa Maria do Monte do Carmo de Lisboa – Memória e Ruína, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001
ARQUIVOS


Arquivo Municipal de Lisboa – Fotomontagem: *Projecto de reconstrução do convento do Carmo e colocação da estátua de D. Nuno Álvares Pereira*, década de 60, Espólio Cassiano Branco, Lisboa / PT / AMLSB / CB / 11 / 02 / 09

Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Caixa 1 – *Propostas 1864-1887*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Cota atual: Ministério do Reino, Coleção de Plantas do ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, cx. 5277, n.º 17 e 18 Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (ex-Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais) – Processos de Obras nas Ruínas durante o Carmo Século XX.